

Corregedoria expulsou 31 policiais só este ano

O delegado Sidney Costa e Souza, corregedor-geral da Secretaria de Segurança Pública de Goiás, disse ontem que já determinou a abertura de sindicâncias para apurar todas as denúncias de tortura policial no estado publicadas, nos últimos dias, pelo **Jornal de Brasília**. "A ordem do governador Marconi Perillo, e também da Secretaria de Segurança, é não passar a mão na cabeça de ninguém. Se for comprovada a culpa de policiais, eles serão expulsos e processados criminalmente", garantiu o corregedor.

De janeiro deste ano até agora, segundo ele, foram expulsos seis policiais civis e 25 policiais militares por "condutas impróprias". Além disso, 21 policiais civis foram suspensos por períodos que variaram de 15 a 90 dias. Souza ressalta, no entanto, que essas punições não tiveram relação com crimes de tortura. "Não acredito que isso esteja acontecendo nas nossas corporações. Mas, de qualquer maneira, jamais deixaremos de apurar nenhum caso", frisou o delegado.

Um dos assuntos que serão investigados com prioridade, de acordo com o corregedor, é a denúncia que os prédios dos Centros Integrados de Opera-

ções Policiais (Ciops) no Entorno estariam sendo usados para abrigar sessões de tortura. O gerente dos Ciops, Antônio Carlos Lima, garantiu que jamais houve tortura dentro dos Centros Integrados e desqualifica as suspeitas.

"Quem fez essas acusações (o deputado Luiz Couto, do PT da Paraíba) não sabe do que está falando. Chegaram a dizer que Ciops abandonados foram usados em sessões de tortura, mas podemos provar que nenhum deles está abandonado", afirmou Lima. Os prédios, segundo ele, funcionam 24 horas por dia e estão sempre ocupados por policiais civis, militares e bombeiros — o que impediria, na avaliação dele, qualquer atividade suspeita. "Além disso, nenhum preso fica lá dentro", explicou o gerente.

Criados em 2002, os Ciops têm o objetivo de integrar os trabalhos das polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros. Hoje, há 31 Ciops em Goiás, sendo dez deles na capital. Cada prédio custou R\$ 450 mil e tem dois pisos, com 708 mil metros quadrados de área. "Os Ciops contribuíram para reduzir em 40% os índices de criminalidade, pois aproximam a polícia das comunidades", afirmou Lima.